

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2018 e

Balanço Patrimonial
Demonstração de Resultado
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração do Patrimônio Líquido
Notas Explicativas
Relatório de Auditoria Independente
Relatório de Administração

As demonstrações do período foram divulgadas em 30/03/2019 no endereço eletrônico http://sinosserrafinanceira.com.br/resultados/

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno ReisDiretor Responsável pela Contabilidade

Katia Cristina Reichert de Andrade Contadora CRC-RS: 085035/O

Senhores Acionistas,

A administração da Sinosserra Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (conhecida como Sinosserra Financeira), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sªs as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Com o objetivo estratégico de fortalecer o relacionamento com os clientes e aumentar a sinergia entre todos os ambiente do Grupo Sinosserra, a Financeira focou, em 2018, na penetração de financiamento de veículos. Com isto, o crescimento no saldo da carteira foi de 181,6% em relação a 2017, utilizando como principal fonte de recursos a captação em depósitos a prazo e interfinanceiros e aceites cambiais para clientes pessoas físicas e jurídicas e, para investidores institucionais os depósitos a prazo com garantia especial (DPGE).

A Instituição se mantém firme no propósito da execução da estratégia, colocada em prática, em comparabilidade com o Plano de Negócios apresentado ao DEORF/BACEN. Fortalecendo, cada vez mais, sua política de controles de riscos de mercado e de liquidez, utilizando estratégicas que mantenham de forma adequada o equilíbrio da carteira de ativos com a carteira de passivos, no que se refere a taxas e prazos médios praticados, indicadores de volume de produção, índices de inadimplência. Efetuando um acompanhamento permanente do orçado com o realizado, possibilitando ações imediatas em caso de desvios.

Mantém-se atenta a identificação de oportunidades de novos negócios, através de um crescimento orgânico, reforçando seu compromisso de crescimento e fortalecimento da sinergia com os nossos clientes e com as empresas do Grupo Sinosserra.

A Sinosserra Financeira agradece a confiança, dedicação e apoio dos colaboradores, clientes e parceiros, mantendo-se a disposição.

Novo Hamburgo, 31 de dezembro de 2018.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da SINOSSERRA FINANCEIRA S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Novo Hamburgo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SINOSSERRA FINANCEIRA S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SINOSSERRA FINANCEIRA S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Sinosserra Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2019.

Vicente Michelon CRC-RS 052.365/O8 MICHELON Auditores e Consultores SS CRC-RS 4.626

Novo Hamburgo RS

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL ATIVO

Nota

	Explicativa	31/12/18	31/12/17
ATIVO CIRCULANTE		28.610	14.010
DISPONIBILIDADES	4	354	355
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CARTEIRA PRÓPRIA	5	4.980 4.980	1.343 1.343
OPERAÇÕES DE CREDITO SETOR PRIVADO PROVISÃO PARA OPERAÇÃO DE CREDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	6	23.176 23.599 (423)	12.241 12.481 (240)
OUTROS CREDITOS DIVERSOS		2 2	70 70
OUTROS VALORES E BENS DESPESAS ANTECIPADAS	7	98 98	1 1
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		20.626	3.319
OPERAÇÕES DE CREDITO SETOR PRIVADO PROVISÃO PARA OPERAÇÃO DE CREDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	6	20.578 20.799 (221)	3.259 3.284 (25)
PERMANENTE	_	48	60
IMOBILIZADO DE USO OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO (-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS INTANGÍVEL ATIVOS INTANGÍVEIS (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		14 24 (10) 34 60 (26)	14 22 (8) 46 60 (14)
TOTAL DO ATIVO	_	49.236	17.329

Novo Hamburgo RS

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL PASSIVO

N	ota

	Explicativa _	31/12/18	31/12/17
PASSIVO CIRCULANTE	_	9.959	905
DEPÓSITOS	8	501	-
DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS		-	-
DEPÓSITOS A PRAZO		501	-
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TITULOS	9	8.594	117
RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS		8.594	117
OUTRAS OBRIGAÇÕES		864	788
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHAI	oos	53	28
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS		6	58
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS		166	53
DIVERSAS	10	639	649
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	_	30.301	10.442
DEPÓSITOS	8	5.381	-
DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS		4.645	-
DEPÓSITOS A PRAZO		736	-
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	9	24.920	10.442
RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS		24.920	10.442
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		234	258
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-	234	258
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	_	8.742	5.724
CAPITAL	11	8.500	5.500
DE DOMICILIADOS NO PAÍS		8.500	5.500
RESERVAS DE LUCROS		242	224
TOTAL DO PASSIVO	_	49.236	17.329

Novo Hamburgo - RS **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS - R\$ MIL**

	Nota	01/07/18 A 31/12/18	01/01/18 A 31/12/18	01/01/17 A 31/12/17
	Explicativa			
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		3.355	5.654	3.551
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		3.255	5.494	3.437
RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MO	BILIÁRIOS	100	160	114
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(1.598)	(2.396)	(828)
OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO	•	(1.157)	(1.764)	(566)
PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		(441)	(632)	(262)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		1.757	3.258	2.723
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(1.420)	(2.749)	(2.219)
RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS	•	583	808	125
DESPESAS DE PESSOAL		(241)	(476)	(586)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	11	(1.359)	(2.440)	(1.418)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		(160)	(261)	(151)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		22	27	4
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(265)	(407)	(193)
RESULTADO OPERACIONAL		337	509	504
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		337	509	504
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(331)	(480)	(259)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	•	(176)	(253)	(132)
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(155)	(227)	(127)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(2)	(5)	(3)
LUCRO LÍQUIDO		4	24	242
LUCRO POR AÇÃO		0,000	0,003	0,044

Novo Hamburgo -RS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO - R\$ MIL

	Capital	Reserva de Lucros		Lucros Prejuízos	Total
	Social	Reservas Estatutárias	Reserva Legal	Acumulados	
Saldo em 31/12/16	5.500	37	3		5.540
Lucro Líquido do período	-	-	-	242	242
Reserva Estatutária	-	172	-	(172)	-
Reserva Legal	-	-	12	(12)	-
Dividendos a distribuir	-	-		(58)	(58)
Saldo em 31/12/17	5.500	209	15	<u>-</u>	5.724
Mutação do Exercício	-	172	12	-	184
Saldo em 30/06/18	5.500	209	15	20	5.744
Lucro Líquido do período		_	-	4	4
Aumento de capital	3.000	-	-	-	3.000
Reserva Estatutária	-	17	-	(17)	-
Reserva Legal	-	-	1	(1)	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	(6)	(6)
Saldo em 31/12/18	8.500	226	16		8.742
Mutação do Semestre	3.000	17	1	(20)	2.998
Saldo em 31/12/17	5.500	209	15		5.724
Lucro Líquido do período	-	-	-	24	24
Aumento de capital	3.000	-	-	-	3.000
Reserva Estatutária	-	17	-	(17)	-
Reserva Legal	-	-	1	(1)	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	(6)	(6)
Saldo em 31/12/18	8.500	226	16		8.742
Mutação do Exercício	3.000	17	1	-	3.018

Novo Hamburgo - RS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO - R\$ MIL

		01/07/18	01/01/18	01/01/17
	Nota	Α	Α	Α
	Explicativa	31/12/18	31/12/18	31/12/17
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período após os impostos		4	24	242
Constituição de Provisão para Crédito de Liquidação				
Duvidosa	6 e	441	632	262
Despesas de Depreciação e Amortização		7	14	16
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		452	670	520
Resultado de exercícios futuros		34	(24)	13
Variações de Ativos e Obrigações				
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(1.647)	(3.637)	(293)
(Aumento) em Operações de Crédito		(21.394)	(28.886)	(10.335)
(Redução)/Aumento em outros créditos		246	68	4
(Aumento) em Outros valores e bens		(80)	(97)	(1)
(Aumento) em recursos de aceites cambiais		14.404	22.955	9.344
(Aumento) em depósitos		5.223 84	5.882 76	362
(Aumento) em outras obrigações		04	70	302
Caixa Líquido gerado pelas (utilizados nas) Atividades		(0.000)	(0.000)	()
Operacionais		(2.678)	(2.993)	(386)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	_	(4)	(4)	(6)
Aquisição de Imobilizado		(1)	(4)	(6)
Alienação de Imobilização		1	2	-
Caixa Líquido gerado pelas (utilizados nas) Atividades de investimento			(2)	<i>(c</i>)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			(2)	(6)
Dividendos	_	(6)	(6)	(58)
Aumento de capital		3.000	3.000	(36)
·		3.000	3.000	
Caixa Líquido gerado pelas (utilizados nas) Atividades		2.004	2.004	(50)
de financiamento		2.994	2.994	(58)
Aumento/Redução e equivalentes a caixa		316	(1)	(450)
Modificações do caixa ou equivalentes a caixa		20	255	905
Saldo das disponibilidades no início do período		38	355 254	805 355
Saldo das disponibilidades no final do período		354	354	355

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (EM R\$ MIL)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Pedro Adams Filho, 3790 Sala 401, Novo Hamburgo tem por objeto social a realização de operações de crédito com pessoa física e jurídica, seu portfólio de produtos de crédito inclui o crédito pessoal, crédito consignado, cessão de recebíveis, financiamentos de peças e serviços, veículos e vendor para peças. A Instituição Financeira utiliza recursos próprios e de terceiros captados por meio de emissão de títulos pós-fixados e pré-fixados, especialmente em letras de câmbio, depósitos a prazo e depósitos interfinanceiros. As demonstrações contábeis do período de 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas na certeza da continuidade operacional da financeira, cuja autorização para sua conclusão e/ou aprovação ocorreu em 23 de janeiro de 2019.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observadas as diretrizes contábeis instituídas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76 e em consonância com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo estes últimos válidos para as instituições financeiras apenas quando referendados por ato específico do CMN, conforme disposto a seguir: - CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, validado pela Resolução CMN nº 4.144/12, desde que não conflite com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil. -CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, validado pela Resolução CMN nº 3.566/08. - CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, validado pela Resolução CMN nº 4.524/16. Importante ressaltar que a referida resolução não tem efeito sobre a Sinosserra Financeira, pois a instituição não realiza operações em moeda estrangeira. - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, validado pela Resolução CMN nº 3.604/08. - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, validado pela Resolução CMN nº 4.534/16. - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, validado pela Resolução CMN nº 4.636/18. - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, validado pela Resolução CMN nº 3.989/11. -CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, validado pela Resolução CMN nº 4.007/11. - CPC 24 - Evento Subsequente, validado pela Resolução CMN nº 3.973/11. - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, validado pela Resolução CMN nº 3.823/09. - CPC 27 - Ativo Imobilizado, validado pela Resolução CMN nº 4.535/16. - CPC 33 (R1) -Benefícios a Empregados, validado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, destacamos:

a) APURAÇÃO DE RESULTADOS:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o critério "prórata" dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos

b) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

De acordo com o que está estabelecido na circular nº 3.068/01 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte maneira: Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida com o resultado.

c) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações pré-fixadas são demonstradas pelo valor da realização deduzidas das correspondentes rendas a apropriar, as quais são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado pelo regime de competência.

d) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Foi calculada no montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação, considerando os critérios e limites estabelecidos nas Resoluções 2.682/1999 e 2.697/2000 e Carta Circular 2.899/2000 do Banco Central do Brasil.

e) IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada. As depreciações do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica do bem.

f) INTANGÍVEL

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26/11/2008, do CMN. Está composto por direitos de uso de softwares, amortizados linearmente em cinco anos.

g) DEPÓSITOS A PRAZO E RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

Os Depósitos a Prazo e Recursos de Aceites Cambiais são representados por operações pós-fixadas e pré fixadas . Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

h) PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para imposto de renda foi calculada a alíquota de 15 % do lucro tributável, com adicional de 10% sobre o lucro excedido. A contribuição Social foi calculada a alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

Disponibilidades	31/12/18	31/12/17
Depósitos em conta corrente	354	355
Total	354	355

NOTA 5. TITULOS E VALORES MOBILIARIOS

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários:

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Cotas fundo investimento	4.980	1.343
Total	4.980	1.343

NOTA 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) A composição da carteira de operações de crédito e a provisão por nível de risco esta demonstrado a seguir

		31/12	2/18	31/12	/17
Nível de risco	% Provisão	Saldo Carteira	Prov. (-)	Saldo Carteira	Prov. (-)
Α	0,5%	34.036	(171)	14.692	(73)
В	1,0%	8.271	(83)	707	(7)
С	3,0%	1.387	(42)	96	(3)
D	10,0%	195	(20)	20	(2)
Е	30,0%	190	(57)	54	(16)
F	50,0%	35	(18)	47	(24)
G	70,0%	97	(68)	28	(19)
Н	100,0%	187	(187)	121	(121)
Total		44.398	(644)	15.765	(265)

a) Diversificação da carteira por ramo de atividade:

	31/12/18	%	31/12/17	%
Pessoas Físicas	33.548	75,6%	8.028	50,9%
Rural	3	0,0%	5	0,0%
Indústria	45	0,1%	33	0,2%
Comércio	5.855	13,2%	5.447	34,6%
Outros serviços	4.947	11,1%	2.252	14,3%
Total	44.398	100,0%	15.765	100,0%

b) Composição de operações de credito por prazo:

	31/12/18	31/12/17
Vencidos	667	602
A vencer		
Até 3 meses	11.940	8.938
De 3 a 12 meses	10.992	2.941
De 1 ano a 3 anos	17.793	2.825
De 3 a 5 anos	3.006	459
Total	44.398	15.765

c) Composição de operações de credito por produto:

	31/12/18	31/12/17
Empréstimos	872	846
Financiamento	43.526	14.919
Subtotal	44.398	15.765
(-)Provisão	(644)	(265)
Total	43.754	15.500
	31/12/18	31/12/17
Circulante	23.177	12.241
Realizável a Longo Prazo	20.577	3.259
Total	43.754	15.500

a) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	01/07/18	01/01/18	01/01/17
	а	а	а
	31/12/18	31/12/18	31/12/17
Saldo Inicial	360	265	71
Constituição líquida de reversão	441	632	262
Baixas de crédito contra Prejuízo	(157)	(253)	(68)
Saldo Final	644	644	265
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	12	18	2
Operações de crédito renegociadas no período	157	304	120

b) Concentração de maiores clientes:

		<u>% da</u>		<u>% da</u>
	31/12/18	carteira	31/12/17	carteira
10 Maiores Clientes	1.209	2,1%	1.214	4,8%
50 Maiores Clientes	4.097	7,2%	3.316	13,1%
100 Maiores Clientes	6.957	12,2%	4.999	19,8%
Demais Clientes	44.705	78,5%	15.765	62,3%

NOTA 7. OUTROS VALORES E BENS

	31/12/18	31/12/17
Deságios a apropriar	89	-
Despesas antecipadas a apropriar	9	1
Total	98	1
Circulante	34	1
Não circulante	64	-

NOTA 8. DEPÓSITOS

Os Depósitos a Prazo, os RDBs -Recibos de Depósitos Bancários e DPGEs —Depósitos a Prazo com Garantia Especial, são realizados com clientes da Instituição na modalidade de encargos e estão distribuídos:

	31/12/18	31/12/17
Depósitos a vista		
Depósitos Interfinanceiros - Pós Fixado	4.645	-
Depósitos a Prazo		
RDB - Depósitos Bancários - Pós-Fixado	736	-
DPGE - Depósitos a Prazo c/ Garantia especial - Pós-Fixado	501	
Total	5.882	-
Circulante		
Até 3 meses	-	-
De 3 a 12 meses	501	-
Total	501	
Não Circulante		
De 1 a 3 anos	4.749	-
De 3 a 5 anos	632	
Total	5.381	
Total Geral	5.882	-

NOTA 9. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

Recursos de aceites cambiais	31/12/18	31/12/17
Letra de Câmbio - Pré Fixado	4.120	-
Letra de Câmbio - Pós Fixado	29.394	10.559
Total	33.514	10.559
Circulante		
Até 3 meses	5.340	-
De 3 a 12 meses	3.254	117
Total	8.594	117
Não Circulante		
De 1 a 3 anos	11.134	-
De 3 a 5 anos	13.786	10.442
Total	24.920	10.442
Total Geral	33.514	10.559

NOTA 10. PASSIVO CIRCULANTE – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Composição da conta:

	31/12/18	31/12/17
Provisão p/ Pagamentos a Efetuar	58	71
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	58	20
Credores Diversos País	523	558
Total	639	649

NOTA 11. PATRIMÔNIO LIQUIDO

CAPITAL SOCIAL:

O Capital da Sinosserra Financeira S/A é de 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) composto por 8.384.615 (oito milhões, trezentas e oitenta e quatro mil, seiscentas e quinze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no país sendo totalmente subscrito e integralizado. Em 29 de outubro de 2018 foi aprovado pelo Banco Central o aumento de capital conforme deliberado na ata de assembleia geral extraordinária realizada em 19 de setembro de 2018 no montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Dividendos: conforme determina o Estatuto Social, os acionistas tem direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto na legislação societária. Em 21 de maio de 2018, conforme Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado e destinado os dividendos provisionados no balanço de 31 de dezembro de 2017 e o seu pagamento ocorreu no primeiro semestre de 2018.

NOTA 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social:

	01/07/18	01/01/18	01/01/17
	Α	Α	Α
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31/12/18	31/12/18	31/12/17
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
deduzidas as participações de lucros	335	504	501
Imposto de renda a alíquota de 15%	(50)	(76)	(75)
Imposto de renda a alíquota de 10%, sobre adicional	(22)	(26)	(26)
Contribuição social a alíquota de 20%	(67)	(101)	(100)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(139)	(203)	(201)
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	-	-	6
Outras deduções incentivos fiscais	6	7	-
Outras adições e exclusões	(198)	(284)	(64)
Total de imposto de renda e contribuição social	(331)	(480)	(259)

NOTA 13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/07/18 A	01/01/18 A	01/01/17 A
	31/12/18	31/12/18	31/12/17
Despesa de aluguel	16	29	24
Despesa de processamento de dados	256	451	301
Despesa de publicação	19	39	28
Despesas de serviço do sistema financeiro	73	118	123
Serviços técnicos especializados	410	994	768
Despesa com comissão	537	743	142
Depreciação e amortização	8	15	16
Outras	40	51	16
Total	1.359	2.440	1.418

NOTA 14. SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, validado pela Resolução CMN nº 4.636/18. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais ao mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de comutatividade.

	31/12/18	31/12/17	31/12/16
Ativo Circulante			
Devedores diversos País	2	-	-
Despesas Antecipadas	1	-	-
Passivo Circulante e Exigível a LP			
Depósitos	632	-	-
Recursos de aceites cambiais	21.032	10.385	1.215
Dividendos - controladores	6	58	12
Valores a pagar a sociedades ligadas	58	20	11
Credores diversos pais	453	530	254
<u>Despesas</u>			
Despesa de aluguéis	25 _	24	24
Despesas de captação	1.330	525	15
Despesas de serviços técnicos	644	700	-
Despesas administrativas/comissões	743	142	-
Outras despesas Operacionais	407	193	54

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal-Chave da Administração, formado pela Diretoria:

	31/12/18	31/12/17	31/12/16
Remunerações	7	8	7
Despesa com honorários	101	101	98
Encargos sociais	4	3	4

NOTA 15. RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS

Refere-se a resultados financeiros que serão apropriados efetivamente no resultado como renda mediante a fluência do prazo.

NOTA 16. LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basileia)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, diretrizes estabelecidas pelas Resoluções do CMN nºs 4.192, de 01/03/2013 e 4.193, de 01/03/2013 complementadas pela normatização emitida pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 17. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de riscos é suportada por políticas e estratégias, de acordo com o porte e produtos da Instituição, no que diz respeito aos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, sócio ambiental e gestão de capital, que tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a oscilações de taxas de juros e índices de preços.

O monitoramento é realizado através de relatórios periódicos apresentados a Diretoria, ao Comitê de Auditoria e Riscos.e aos principais gestores.